

A TECNOLOGIA A SERVIÇO DA FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFISSIONAIS DA REDE ESTADUAL DE ENSINO NA BAHIA, BRASIL

**Simone Leal Souza Coité, Jacira da Silva Câmara, Clélia de Freitas Capanema, Gabriela
Sousa Rêgo Pimentel, Sandra Regina dos Santos Menezes**

*Universidade Federal da Bahia, Universidade Católica de Brasília, Universidade Católica de
Brasília, Universidade do Estado da Bahia / Universidade Católica de Brasília, Universidade
Católica de Brasília*

scoite@bol.com.br; jacira@pos.ucb.br; cleliac@uol.com.br; meg.pimentel@uol.com.br;
sanndra.rsm@gmail.com

Resumo

O texto traz uma análise das ações de formação continuada desenvolvidas pelo Núcleo de Tecnologia Educacional – NTE 08, Barreiras, Bahia, Brasil, para profissionais da rede estadual de ensino, vinculados à Diretoria Regional de Educação - DIREC 25. Na contemporaneidade é imperativo refletir sobre o desenvolvimento da educação continuada de profissionais no âmbito das escolas públicas, consideradas as Tecnologias de Informação e Comunicação. Para a coleta dos dados, foi aplicado um questionário a seis professores que atuam como multiplicadores no NTE. As participantes são todas do sexo feminino. Também, foi feita uma análise da legislação que dá suporte ao funcionamento dos Núcleos. O NTE atua em Barreiras há quatorze anos, com abrangência de 105 municípios da região oeste da Bahia. As principais ações/cursos desenvolvidas pelo NTE são direcionadas à formação continuada, capacitação de professores, por meio de parcerias com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia. As participantes informaram que os cursos ofertados pelo NTE são divulgados por meio de comunicado escrito e os instrumentos utilizados são os seguintes: internet, blog, folder, fax, cartaz e ofício.

Palavras-chave: Programa de informática educativa, política de formação de professores, tecnologia educacional.

Abstract

This article analyses the activities in a teacher continuing education program, developed at the Nucleus of Educational Technology -NTE 08, Barreiras, Bahia, Brazil, addressed to professionals in the state educational system. Nowadays, it is compulsory to examine continuing education of professionals at public schools in the light of Information and Communication Technologies .The text relates the results of research carried out with six teachers , all belong to the feminine gender who work for the NTE, besides analyzing the legislation on the subject. Answering to a questionnaire, the participants informed that the Nucleus is directed to continuing education education of teachers in partnership with the State Secretary o Education. They also said that the courses delivered by the Nucleus are divulged by means of internet, blogs, folders, fax, written notices, posters, and official letters.

Keywords: Program educational computing, policy of teacher education, educational technology.

1. INTRODUÇÃO

As transformações no ambiente econômico mundial nas últimas décadas do século XX trouxeram à tona, com mais efervescência, o debate sobre os caminhos para se alcançar prosperidade e elevar o padrão de vida das populações. A sociedade contemporânea questiona padrões pré-estabelecidos, valoriza e defende a diversidade cultural, a multiplicidade de paradigmas e caminha para a convergência dos saberes existentes nas relações sociais e de poder.

Tiveram papel preponderante no surgimento dessa diversidade de paradigmas as transformações no processo de produção e circulação do saber, onde ganham relevância as tecnologias da informação e da comunicação. Schaff (1995) chega a afirmar que estamos vivendo em uma “sociedade informática,” referindo-se a um modo de vida onde todas as esferas da vida pública estariam vivendo processos informatizados. O autor chama a atenção para o fato de que é necessário haver uma preocupação no gerenciamento dos resultados deste processo e como os dados disponíveis serão utilizados. Significa que o saber tornou-se a principal força de produção do mundo contemporâneo e passou a ser a moeda que definirá as posições hegemônicas no cenário internacional. A informação e o conhecimento estão profundamente inseridos na cultura das sociedades atuais, de forma irreversível.

No cenário acima descrito, é evidente a ausência da formação do sujeito como protagonista do processo educacional, o qual abrange, não apenas, a produção do conhecimento, mas também exige a inclusão de elementos que contribuam para a formação do Ser. Uma das formas de contribuir para a formação do ser, na perspectiva do processo de humanização, é considerar os aspectos axiológicos que envolvem a busca de valores perdidos. Valores cuja ausência traz no seu bojo o clamor pela justiça, pela segurança, pelo respeito às diferenças étnicas, culturais, econômicas, religiosas, políticas e ideológicas; o estímulo ao pluralismo conducente ao diálogo e ao enriquecimento mútuo; o não à violência, ao terrorismo, às drogas e à impunidade; o direito à educação e à saúde, à superação da fome e da pobreza miserável; o desejo de poder viver em ambiente físico mais saudável, onde seja possível respirar e sentir o

aroma que ainda exala da natureza cada dia mais agredida. A discussão desses fenômenos no processo educacional juntamente com os aspectos epistemológicos tecnológicos e sociais evidencia a complexidade desse processo e torna-se condição *sine qua non* para a criação de uma cultura de paz.

O processo de introdução das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) no campo educacional contribuiu para informatizar as ações educativas no cotidiano escolar, permeando, gradativamente, o processo de ensino e aprendizagem, sempre na perspectiva de um recurso pedagógico adicional para o professor.

Neste aspecto, Castells (2007) enfatiza que a tecnologia de informação e comunicação está para este novo contexto como as novas fontes de energia estavam para “as sucessivas revoluções industriais, da máquina a vapor à eletricidade, aos combustíveis fósseis e à energia nuclear” (p. 31).

Segundo Almeida (2003), a utilização dessas ferramentas no processo educativo “contribui para expandir o acesso à informação atualizada, estabelece relação com o saber, ultrapassa os materiais tradicionais, elimina os muros que separam a instituição da sociedade” (p., 113-114).

Nessa linha, Ramal (2002) propõe um “novo” professor que surge como “um estrategista do conhecimento, um estudioso dos processos mentais” (p. 193). Assim, a prática docente valida as mudanças das relações entre os sujeitos nas diversas modalidades e volta-se para estimular o enfoque do aprender a aprender, suprimindo uma aprendizagem com base na transmissão pura e simples do conhecimento.

2. A FORMAÇÃO PROFISSIONAL DO PROFESSOR: DISCUTINDO CONCEPÇÕES E METODOLOGIAS

A sociedade contemporânea tem vivenciado um mundo repleto de transformações econômicas e sociais, exigindo das pessoas uma nova forma de pensar e agir. Neste contexto, predomina o individualismo, a busca incontrolável por bens e informações que resultam na valorização do ter em detrimento do ser. Além disso, existe um clima de insegurança e incertezas que tem impactado mentes e corações do mundo inteiro. As exigências sociais, caracterizadas pela acumulação e renovação do conhecimento e da informação, têm provocado transformações educacionais por meio da

modernização dos sistemas educativos e a busca por profissionais com competência intelectual técnica, ética e política.

De acordo com Ferreira (2004), essas mudanças exigem um pensar e um ressignificar da gestão e do preparo dos profissionais da educação. Nessa perspectiva, é fundamental humanizar a formação com outras bases éticas, capaz de enfrentar os sérios desafios presentes na sociedade contemporânea. Assim, a nova realidade exige qualificações cada vez mais elevadas para qualquer profissional, principalmente, para os professores e demais profissionais ligados à educação, visto que esses são responsáveis por promover diretamente a formação para a cidadania.

As mudanças tecnológicas e científicas ocorridas no século XX provocaram avanços e transformações nas concepções de educação e formação docente (inicial e continuada), exigindo um novo pensar para atender aos desafios impostos pela sociedade contemporânea. Com isso, surge a necessidade de a profissão docente abandonar a concepção predominante no século XIX, de mera transmissão do conhecimento, que se tornou obsoleta e incompatível com o mundo moderno, não correspondendo mais aos anseios da educação contemporânea, para uma concepção que atenda aos futuros cidadãos numa sociedade democrática, pluralista e participativa (Imbernón, 2009).

Diante dessa realidade, é percebida a presença de elementos novos contidos na legislação sobre a atuação profissional dos professores, que ampliam o papel social de sua profissão. Conceitos como participação, articulação, elaboração do trabalho coletivo na escola se constituem mudanças nos padrões da formação de professores. Desse modo, a ampliação da dimensão social da formação profissional, legalmente estabelecida, demanda a formação inicial e continuada como um direito do professor. Nesse sentido, torna-se urgente o estabelecimento de políticas públicas de interesse nacional, organizadas para atender às necessidades práticas apresentadas cotidianamente pelos professores.

A formação continuada proporcionará ao professor independência profissional com autonomia para decidir sobre o seu trabalho e suas necessidades. A autonomia profissional, segundo Contreras (2002, p. 212), está relacionada “com a forma pela qual se estabelecem as relações profissionais, tanto no âmbito da sala de aula como

em outros campos de relação e intervenção”. É fundamental que o professor se redescubra como um intelectual, como um verdadeiro sujeito social que pensa criticamente tanto a sociedade e a educação quanto a sua prática pedagógica. Portanto, a formação e o desenvolvimento profissionais exigem a construção de saberes necessários à docência e à consolidação de uma prática pedagógica reflexiva, por meio da efetivação de uma práxis de fato inovadora, capaz de concretizar sonhos, anseios e desejos coletivos.

Casassus (2002) entende o processo reflexivo como um processo de conscientização da ação que está sendo desenvolvida. A ação reflexiva representa uma posição mental, em que o professor se encontra em estado de consciência em relação ao “que” e ao “como” ele está fazendo. Esse procedimento contribui para uma tomada de posição consciente do que está sendo desenvolvido em relação à aprendizagem dos seus alunos. Dessa forma, a reflexão implica intuição, sentimentos e paixão por ser um processo amplo que não se limita apenas a um conjunto de técnicas visitadas e adotadas pelo professor, mas é principalmente uma posição de consciência.

Segundo Alarcão (2001), alguns aspectos devem ser considerados no processo formativo inicial e continuado, tendo em vista a profissionalização docente. A formação inicial deve assegurar aos alunos/professores uma base teórica, com subsídios que levem à articulação do saber e do saber fazer, necessários à construção de uma educação transformadora e de qualidade. Por outro lado, o desenvolvimento profissional permanente, entendido como processo de formação continuada, requer uma prática constante e contínua de estudo, reflexão e experimentação coletiva.

Nesse sentido, Gadotti (2002, p. 17) enfatiza que “a formação continuada do professor deve ser concebida como reflexão, pesquisa, ação, descoberta, organização, fundamentação, revisão e construção teórica e não como mera aprendizagem de novas técnicas, atualização em novas receitas pedagógicas ou aprendizagem das últimas inovações tecnológicas”. Segundo o autor, a formação continuada de professores é o processo de desenvolvimento que ocorre na vida profissional, depois da formação inicial e que está articulada com a sua prática pedagógica, no contexto do cotidiano escolar. É um processo permanente, contínuo e dinâmico que se consolida

na vivência pessoal e profissional dos professores, que ocorre, principalmente, na organização do trabalho pedagógico e no espaço e tempo da escola.

Cabe, então, aos educadores, enquanto agentes comprometidos com a mudança, a responsabilidade de construção contínua de sua educação, de seus saberes e aptidões, da sua capacidade de compreender e agir, tomando consciência de si próprios e do meio em que vivem, buscando dar significado à teoria vinculada à prática, que só pode ser transformada se compreendida e aprofundada.

2.1. As múltiplas possibilidades para a formação continuada do professor: metodologias

As pesquisas realizadas por estudiosos a respeito da formação continuada do professor revelam que atualmente existem múltiplas possibilidades de ações voltadas para essa formação. Segundo Albuquerque (2008), as discussões a respeito da formação continuada levantam as problemáticas de espaço/tempo dos momentos de formação, os conteúdos das pautas, demandas das escolas e dos docentes como indivíduos e seres sociais, as influências da formação para o cotidiano e a integração dos gestores escolares e de todos que compõem o ambiente escolar. Para este autor, a implementação de um plano de formação continuada vai além da institucionalização como política pública, sendo necessário priorizar outras atividades de caráter sistêmico, proporcionando o envolvimento de todos os elementos participantes com foco na valorização profissional e social do professor.

Alguns autores como Alarcão (2010), Nóvoa (1992) e Canário (1992) defendem a escola como locus privilegiado de formação e de socialização entre os professores, na qual os saberes e conhecimentos docentes são atualizados e desenvolvidos, com a troca de experiências entre os professores. De acordo com Canário (1998), a identidade profissional do professor se constrói, principalmente, no local de trabalho, ou seja, na escola, por meio da formação continuada que contemple a prática do professor, os seus saberes, suas vivências e necessidades.

Atualmente, convivemos no campo educacional com uma gama de possibilidades de ações de formação continuada, que provêm de diversos setores dentro do sistema público, estadual, municipal e federal, além da escola e organizações não-

governamentais, fundações e instituições de iniciativa privada, com durações previstas que são variadas. No Brasil, essas atividades acontecem num campo heterogêneo que engloba desde as ações formativas de aperfeiçoamento até a da pós-graduação. A principal justificativa para o surgimento de uma enorme diversidade de tipos de formação deve-se ao contexto histórico da sociedade contemporânea, aos desafios impostos ao currículo e aos sistemas educacionais e às exigências dessa sociedade que impõe o discurso da atualização constante e da necessidade de renovação permanente do conhecimento (Gatti, 2008).

A seguir, vejamos um breve mapeamento dessa diversidade de ações que são propostas por diversos setores da educação, como o Ministério da Educação, Secretarias estaduais e municipais de Educação, escolas e organizações não-governamentais: formação continuada realizada na escola que se constitui num movimento colaborativo, espaço de troca de experiências e reflexão sobre a prática pedagógica; formação continuada realizada pela universidade, que busca atender aos princípios legais dispostos na Lei 9394/96 a qual atribui às universidades a missão de formar em quantidade e com qualidade os professores em todos os níveis da educação nacional. Esta é uma importante dimensão das tarefas das universidades por oferecerem diversas oportunidades de formação continuada aos professores. Não se restringe apenas à formação inicial. É uma formação continuada promovida na modalidade de educação a distância, atualmente, muito difundida no Brasil, por atender a enorme demanda de educadores em busca de formação, além de facilitar o acesso dos profissionais através dos variados suportes de comunicação, como a internet, os vídeos ou a televisão e as videoconferências.

Diante do exposto, faz-se necessária uma avaliação constante dos processos de formação continuada do professor com vistas à garantia da qualidade e do atendimento às demandas e necessidades dos professores, constituindo-se num processo contextualizado capaz de articular formação e profissionalização com o objetivo de contribuir para a melhoria da qualidade do ensino, o crescimento pessoal e profissional do professor e a sua identidade profissional.

3. NOVAS ABORDAGENS E NOVAS ESTRATÉGIAS DE AÇÃO: EXPERIÊNCIA DE FORMAÇÃO CONTINUADA NO NÚCLEO DE TECNOLOGIA EDUCACIONAL, BARREIRAS, BAHIA, BRASIL.

Analisar a dimensão pedagógica a partir da incorporação da dimensão tecnológica na formação continuada dos profissionais da educação abre diferentes possibilidades educacionais desta incorporação não se limitar a usar este suporte comunicacional como um mero repassador de informação.

Neste contexto, inúmeros instrumentos e estratégias podem ser utilizados e operacionalizados através da tecnologia, quando esta se propõe a realizar a integração de sujeitos através da participação em cursos, palestras, conferências, trocas culturais, programas educacionais, campanhas sociais, consultorias, prestação de serviços; voltadas para o atendimento das demandas sociais, educacionais, culturais e econômicas da população, numa perspectiva que vai além do assistencialismo, mas pautada na difusão de saberes para a gestão social do conhecimento.

Para o educador é possível construir um conjunto de práticas compartilhadas em formato de “rede e não de rota” (Silva, 2000, p.55) onde os sujeitos se relacionem, se comuniquem com o objeto do conhecimento para que, ao se apropriar do mesmo, possam utilizá-lo da melhor forma para a superação de problemas, sejam eles individuais ou coletivos.

Atualmente, a demanda por formação docente em nível de graduação e pós-graduação, resultante das exigências criadas pela Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Lei nº 9.394/96, tem impulsionado tanto os profissionais da educação quanto os governos estaduais e municipais a buscarem alternativas que atendam à legislação vigente e modifiquem os números atuais de desqualificação profissional quantitativa e qualitativa, para atuação destes nos ensinos fundamental, médio e superior brasileiro.

3.1. Núcleos de Tecnologia Educacional (NTE)

A pesquisa foi desenvolvida no NTE 08, situado em Barreiras, Bahia que atua há quatorze anos, abrangendo 105 municípios da região oeste da Bahia. A pesquisa realizada teve caráter exploratório. A amostra foi constituída por 6 (seis) professores da rede pública que atuam como multiplicadores. Como se trata de apenas um Núcleo,

os resultados encontrados não podem ser generalizados para Barreiras ou para o estado. Para a coleta dos dados, foram aplicados questionários com questões objetivas e discursivas. As principais ações/cursos desenvolvidas pelo NTE são direcionadas à formação continuada, capacitação de professores, por meio de parcerias com a Secretaria de Educação do Estado da Bahia, IAT e MEC.

Atualmente, existem 16 NTE no Estado da Bahia que constituem uma rede de experimentação em informática educativa e tecnologias audiovisuais. Os NTEs promovem cursos e oficinas, dando suporte tecnológico, acompanhando e avaliando os projetos pedagógicos das unidades escolares relacionadas com a sua área geográfica de atuação. Os Núcleos são dotados de infraestrutura de informática e comunicação, reunindo educadores e especialistas que discutem o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC) na Educação. Estes profissionais são especialmente capacitados para auxiliar as escolas em todas as fases do processo de incorporação das novas tecnologias (Bahia, 2012).

Os NTEs foram criados a partir do Decreto nº 7.380, de 22 de julho de 1998, do governador da Bahia, como unidades escolares estaduais de grande porte, com a determinação de “assegurar as condições pedagógicas, administrativas e financeiras para o ensino da informática e para o acompanhamento e avaliação dos projetos pedagógicos de informática, bem como a manutenção e plena utilização dos equipamentos do Programa de Informática Administrativa – PINAD e dos laboratórios de informática implantados nas escolas estaduais e municipais de sua jurisdição, previstos no Programa Estadual de Informática na Educação – PROINFE” (Bahia, 2012).

No ano de 2000 o Decreto nº 7.804, de 16 de maio de 2000 vincula os Núcleos ao Instituto Anísio Teixeira (IAT) e, em 2002, um novo Decreto, nº 8.259, altera o decreto anterior e institui que os NTE deixam de serem unidades escolares de grande porte e passam a integrar a estrutura do IAT. Por fim, o Decreto nº 9.117, de 09 de junho de 2004, estabelece a formação mínima exigida para o desempenho das funções administrativas dos Núcleos e também para os professores multiplicadores, que deverão possuir especialização na área de tecnologia educacional para poder atuar.

A criação dos NTEs foi uma orientação do Ministério da Educação - MEC e hoje atua em duas dimensões: distribuição de laboratórios de informática para as escolas

públicas e formação continuada em tecnologia educacional. Deste modo, como incentivo à criação de novos núcleos, o MEC distribuiu laboratórios de informática para compor estes NTE e promove a capacitação dos professores multiplicadores que compõem a sua equipe.

Além disso, os NTE necessitam de uma infraestrutura, conforme figura abaixo, que esteja em conformidade com as especificidades de sua atuação, qual seja a de formar professores para o uso pedagógico das Tecnologias da Informação e da Comunicação – TIC, categoria em que estão incluídos os laboratórios de informática das escolas públicas baianas e, agora, a TV Pen Drive.

Para o ano de 2012 estão previstos cursos em parceria com a SEC e o IAT, além da oferta de outros cursos em parceria com o MEC, dentre os quais se destacam: Introdução a Educação Digital – Software Linux, Ensinando e aprendendo com as TIC, Elaboração de projetos, Formação pela escola e a Coordenação do Pólo UAB em Barreiras com os cursos de graduação a distância em Pedagogia e Letras pela UESC e História e Matemática pela UNEB.

Participaram da pesquisa seis professores que atuam como multiplicadores no NTE 08, em Barreiras, Bahia, Brasil. Os participantes são todas do sexo feminino com faixa etária de duas multiplicadoras que se situa entre 31 e 40 anos e das demais entre 41 e 50 anos.

No que se refere à infraestrutura de informática e comunicação disponível no NTE 08, três respondentes concordam que é adequado à formação continuada dos profissionais, enquanto que três concordam parcialmente. A maioria das participantes considera sua formação apropriada para auxiliar as escolas em todas as fases do processo de incorporação das novas tecnologias.

Na opinião das multiplicadoras, as ações desenvolvidas pelo NTE 08 possibilitam a implementação de programas e projetos visando à inclusão digital dos profissionais da educação.

De acordo com as participantes da pesquisa, a contribuição do NTE 08 com a Educação a Distância no Estado da Bahia é concretizada por meio de duas ações: 1) elaboração e execução de cursos de formação continuada para o uso das TICs no âmbito escolar e, 2) desenvolvimento de Projetos/Programas elaborados pela Secretaria de Educação do

Estado da Bahia, pelo Instituto Anísio Teixeira (IAT) e pelo MEC. As respondentes afirmaram que o NTE 08 é um polo de formação de diversos cursos de graduação à distância em parceria com Universidades.

De acordo com as participantes, as ações de EAD planejadas e desenvolvidas pela equipe de profissionais do NTE 08, em um primeiro momento, aconteceram por meio de material impresso, encontros presenciais e planejamento de atividades e projetos pelos professores-cursistas para execução nas unidades escolares. Dentre as ações os participantes destacam: Curso Tecnologias na Educação e Vídeo: ressignificando a prática pedagógica.

Os participantes acrescentaram que atualmente, as ações em EAD desenvolvidas no NTE 08 estão direcionadas para o desenvolvimento de cursos elaborados pelo MEC ou pela Secretaria de Educação do Estado da Bahia. As atividades desses cursos são realizadas em salas apropriadas, as TICs, conforme figura 2.

No que diz respeito aos cursos de formação continuada oferecidos pelo NTE, a maioria das multiplicadoras concordam parcialmente que atendem à demanda dos profissionais de educação da região oeste da Bahia. Ressaltam que, os cursos desenvolvidos contemplam apenas os professores e profissionais efetivos da rede estadual de ensino. Essa limitação impede o atendimento da demanda existente que envolve o quantitativo de profissionais contratados. Em algumas cidades o número de efetivos é bastante reduzido para a realização das ações pelo NTE que estabelece o número mínimo de vinte cursistas para formar turmas.

As participantes informaram que os cursos ofertados pelo NTE são divulgados por meio de comunicação escrita tais como internet, blog, folder, fax, cartaz e ofício, encaminhada às Diretorias Regionais de Educação e às Unidades Escolares.

De acordo com as multiplicadoras o NTE enfrenta diversos desafios para o cumprimento de suas ações, dentre eles: dificuldade em formar turmas para os cursos de formação, tendo em vista que atualmente só é possível ofertar cursos com carga horária de até 120 horas. Esse quantitativo não garante retorno financeiro, baseado no Plano de Cargos e Salários dos profissionais da área de educação; limitação em atender apenas professores efetivos da rede estadual de ensino; tecnologia obsoleta; falta de apoio aos professores, no laboratório de informática; estrutura física dos laboratórios onde ocorre a formação, geralmente são sucateadas e inadequadas, dificultando a integração e a execução das

II Congresso Internacional TIC e Educação

atividades com o uso das tecnologias, principalmente, o computador e a internet, ao trabalho pedagógico; dificuldade dos professores na concretização de atividades e/ou projetos elaborados.

A formação acontece em três momentos: o primeiro está relacionado ao estudo de determinadas temáticas/vivência das tecnologias; no segundo são realizadas atividades de planejamento (atividade ou projeto de acordo com a carga horária da formação) e no terceiro é desenvolvido o projeto ou a atividade elaborada nas unidades escolares em que os professores cursistas atuam.

Presentam, ainda, outras dificuldades, como: falta de condições de trabalho efetivo para a integração das tecnologias; falta de apoio necessário para o uso do laboratório de informática; dificuldade de acompanhamento das ações/projetos elaborados pelos professores cursistas durante a formação; dificuldade de alguns profissionais perceberem que a integração significativa das TIC implica repensar práticas tradicionais que apontam somente para a exposição/memorização da matéria em detrimento de propostas que potencializem a pesquisa com a participação do aluno.

Em relação à atuação das multiplicadoras no NTE, as participantes destacaram os seguintes pontos positivos e pontos negativos:

3.1.1 Positivos:

1. Contribuir por meio do processo de aquisição/ampliação e conhecimento sobre o uso das TIC para o desenvolvimento de ações vinculadas às atividades de sala de aula, bem como, o acompanhamento dos programas da Secretaria de Educação nas unidades escolares.
2. Contribuir no desenvolvimento de ações/projetos e programas promovidos pela SEC/IAT e MEC que visem ao fortalecimento da educação no Oeste da Bahia.
3. Possibilitar a inclusão digital de idosos, através do projeto “Um clique na melhor idade: surfando na internet”, e de pessoas com deficiência visual por meio do projeto Língua portuguesa para surdos e de pessoas com transtornos mentais.
4. Qualificar permanentemente os profissionais da educação.

3.1.2. Negativos:

1. Sobrecarga de trabalho dos profissionais da educação.

2. Impossibilidade da participação, nos cursos de formação, de professores contratados.
3. Resistência de muitos professores em perceberem a importância da articulação entre a utilização de determinadas tecnologias com teorias importantes que fundamentam a prática pedagógica.
4. O domínio instrumental de qualquer tecnologia não deve prescindir de teorias educacionais de ressignificação do uso para além da mera perspectiva instrumental, sobretudo como meios potencializadores de processos de comunicação e democratização de informações.
5. Ausência de softwares e recursos nas áreas de Matemática, Química, Física e Biologia no NTE limita a capacidade investigativa para descoberta/domínio, tanto instrumental quanto conceitual dos recursos nessas áreas.
6. Resistência dos professores para utilizar suas habilidades e competências no desenvolvimento de atividades com o uso das TIC no laboratório de informática da escola.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Estado da Bahia é considerado referência na utilização dos conceitos de territórios de identidade para o desenvolvimento de políticas públicas no Brasil. Desde 2007, o Governo da Bahia entende os territórios de identidade como elemento fundamental de intervenção para transformar a realidade. A regionalização espacial adotada – baseada nas características sócio-econômicas, políticas, culturais e geo-ambientais – é resultante do agrupamento de municípios e associada ao sentimento de pertencimento da população, proporcionando a construção de um projeto político mais articulado para reduzir o elevado déficit social.

De acordo com esse princípio, utilizou-se o critério geopolítico de divisão do território baiano por territórios de identidade para selecionar as regiões mais carentes de investimentos públicos em políticas educacionais para a formação continuada dos professores. Assim, foi feito um levantamento comparando as atuais estruturas existentes da SEC no interior baiano – DIREC e NTE – para verificar as necessidades dos territórios de identidade.

Dessa forma, avaliamos que para a superação das desigualdades sociais entre os territórios de identidade a condição *sine qua non* consiste justamente na distribuição equitativa dos recursos públicos e um dos caminhos para tanto é o investimento em formação de professores, já que esta política traz como resultado a qualificação do ensino e a valorização dos profissionais.

A educação de docentes (multiplicadores), na sociedade contemporânea é fundamental para o desenvolvimento de uma educação que atenda a sua complexidade baseada nas exigências de atualização e de domínio das informações, e de tecnologias da comunicação e da informação. A concretização dessas exigências, se situa em ações didático-pedagógicas desenvolvidas em sala de aula, por meio de um processo dialético e reflexivo entre os sujeitos envolvidos nesse processo, possibilitando um agir consciente que resulta numa transformação social.

O desenvolvimento intelectual e o desenvolvimento emocional do indivíduo fazem parte do mesmo processo educacional, onde a complexidade desse processo pressupõe uma comunicação mútua, fazendo o intercâmbio e promovendo o equilíbrio entre um e outro (Câmara, 2009).

Em continuação a autora, corroborando com Assmann (1999), destaca que o embricamento entre cognição e emoção é tão real a ponto de se poder afirmar que são efetivamente as emoções e não as cadeias de argumentos, as que atuam como provocadoras e estabilizadoras das redes sinópticas.

REFERÊNCIAS

- Alarcão. I. (org.) (2010). *Professores reflexivos em uma escola reflexiva*. 7. ed. São Paulo: Cortez.
- Albuquerque, S. V. de (2008). *Formação Continuada, novos olhares e novos fazeres: tempos e espaços de construções e significados*. Dissertação (Mestrado). Universidade Católica de Brasília. Brasília.

- Almeida, M. E. B. de. (2003). Tecnologias e gestão do conhecimento na escola. In: Vieira, A. T., Almeida, M. E. B. de & Alonso, M. *Gestão educacional e tecnologia*. São Paulo: AVERCAMP.
- Alves, L. & Nova, C. (2003). *Educação e tecnologia trilhando caminhos*. Salvador: Eduneb.
- Bahia (1998). *Decreto n° 7.380*, de 22 de julho de 1998. Retirado de: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/78851/decreto-7380-98-bahia-ba>.
- Bahia (1998). *Decreto nº 8.259*, de 22 de julho de 1998. Retirado de: http://www2.casacivil.ba.gov.br/nxt/gateway.dll/legsegov/decnum/decnum2002/decnum2002mai/decn20028259.xml#DEC_8_259.
- Bahia (2000). *Decreto n° 7.804*, de 16 de maio de 2000. Retirado de: http://www2.casacivil.ba.gov.br/NXT/gateway.dll/legsegov/decnum/decnum2000/decnum2000mai/decn20007804.xml#DEC_7_804.
- Bahia (2004). *Decreto n° 9.117*, de 09 de junho de 2004. Retirado de: <http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/77157/decreto-9117-04-bahia-ba>.
- Bahia (2012). *Manual dos Núcleos Tecnológicos de Educação*. Retirado de <http://tecnologia.iat.educacao.ba.gov.br/node/61>.
- Brasil. (1996). *Lei n. 9.394*, de 20 de dezembro de 1996. Retirado de: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L9394.htm
- Câmara, Jacira da Silva (2009). *Pronunciamento em uma defesa de Dissertação: Aprender a Ser : a prática pedagógica como elemento de transformação do aluno*
- Canário, R. (1998). *A escola: o lugar onde os professores aprendem*. Psicologia da educação. São Paulo, SP.

Casassus, J. (2002). Uma Escola Reflexiva e Desigualdade Educacional. In: *Simpósios do Congresso Brasileiro de Qualidade na Educação: formação de professores*. Brasília: MEC, SEF.

Castells, M. (2007). A sociedade em rede. São Paulo: Paz e terra.

Contreras, J. (2002). *A autonomia de professores*. São Paulo: Cortez.

Freire, P. (1997). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra.

Gadotti, M. (2002). *Boniteza de um sonho: Ensinar e aprender com sentido*. São Paulo: Cortez.

Imbernón, F. (2009). *Formação docente e profissional: formar-se para a mudança e a incerteza*. 7. ed. São Paulo: Cortez.

Nóvoa, A. (org.) (1992). *Os professores e a sua formação*. Lisboa: Dom Quixote.

Nóvoa, A. (1991). Concepções e práticas da formação contínua de professores. In: NÓVOA, António. *Formação contínua de professores: realidades e perspectivas*. Aveiro: Universidade de Aveiro.

Perrenoud, P. (1997). *Práticas pedagógicas, profissão docente e formação: perspectivas sociológicas*. 2. ed. Lisboa: Dom Quixote.

Ramal, A. C. (2002). *Educação na cibercultura: hipertextualidade, leitura, escrita e aprendizagem*. Porto Alegre: Artmed.

Schaff, A. (1996). *A sociedade informática*. Editora Brasiliense: São Paulo.